

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÊNIO 2010 A 2013, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2010 NA SALA DE SESSÕES VEREADOR OSWALDO FREIRE MARTINS, EM ATENDIMENTO A LEI COMPLEMENTAR 101/00 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.**

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2010, às 9:00 horas, na Sala de Sessões "Vereador Oswaldo Freire Martins", atendendo convocação da Câmara Municipal, através da Comissão de Finanças e Orçamento, devidamente publicada no Jornal Diário do Alto Tietê, na edição de 24 de abril do corrente, pg. 13 e, ainda, divulgada através do site [www.cmguararema.sp.gov.br](http://www.cmguararema.sp.gov.br) e afixada no Quadro de Editais da Edilidade, realizou-se a Audiência Pública para discussão do projeto relativo à alterações ao Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010-2013. Estavam presentes na audiência os Vereadores Srs. Etanis Benitez Moreno, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que assumiu a presidência dos trabalhos, tendo em vista a ausência do Vereador Sr. Ivandir Pereira da Silva, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que não pode comparecer à Audiência por motivos pessoais e da ausência do Vereador Sr. José Francisco da Fonseca, Membro da Comissão de Finanças e Orçamento, que pelo mesmo motivo não pode estar presente. Registrou a presença do Vereador Dirceu Jacinto Granato, e do Procurador Legislativo, Dr. Marcos Wezassek Britto. A Audiência Pública foi iniciada com a presença de dois munícipes, Srs. Cláudio José Silva Cabral e Donato Grillo e sob a presidência do Vereador Sr. Etanis Benitez Moreno, vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento que deu início aos trabalhos da Audiência Pública, comunicando que substituíria naquele momento o Presidente da Comissão Sr. Ivandir Pereira da Silva que tivera

motivos para não estar presente e que a mesma se destinava à discussão, pela população, conforme determina a legislação em vigor, do Projeto de Lei nº. 43/10 de autoria do Executivo Municipal que Altera as Leis Municipais nº. 2627, de 28/09/2009 e nº. 2654, de 16/12/2009, que dispõem sobre o PPA - Plano Plurianual 2010-2013 e dá outras providências. Ato contínuo passou a leitura da Mensagem através da qual o Executivo encaminhou o Projeto de alteração do Plano Plurianual a esta Casa de Leis, bem como do respectivo Projeto para conhecimento dos presentes. Cópia do Projeto de alteração do PPA foi oferecida aos munícipes presentes. O Vereador Sr. Etanis Benitez Moreno fez a apresentação do Sr. Procurador Legislativo, Dr. Marcos Wezassek Britto que se encontrava compondo a Mesa dos trabalhos, o qual também estava à disposição para as explicações que entendessem necessárias. Ato contínuo fez a leitura da Mensagem nº. 42/10 e do Projeto de Lei nº 043/10. Registrou ainda a presença do Presidente da Câmara, Vereador Sr. Djalma de Faria e do munícipe Sr. Paulo Anan. Ato contínuo o Vereador Sr. Etanis Benites Moreno passa a palavra ao Procurador Legislativo, Dr. Marcos Wezassek Britto, que disse: "Bom dia a todos, munícipes presentes, Sr. Presidente, Vereador Etanis e nossa Diretora Juliana. Vou falar um pouquinho sobre o anexo, explicar as mudanças que foram feitas em virtude de adequação da estrutura organizacional, o aumento de Receita, criação de algumas Secretarias e outras Unidades Orçamentárias. Para vocês acompanharem, vou seguir a ordem que está no Projeto de Lei. A primeira Unidade Orçamentária 1.001 - Obras de Abertura e Melhorias de Vias - houve uma redução para o ano de 2011, 2012 e aumentou para 2013. Acontece que houve uma transferência desses recursos para uma Unidade Orçamentária seguinte: Construção, Reforma e Ampliação de Passarelas, Pontes e Viadutos. Houve também, antecipação na elaboração de outras vias que já foram empenhadas neste ano, inclusive, o Parque Agrinco, Rua Bonáfia da

Cunha, Jardim Luiza, Lambari e isso fez com que a verba que estava destinada para aquele ano, já foi utilizada em 2010, a obra está empenhada e já está toda paga." Nesse momento, o munícipe Sr. Cláudio José Silva Cabral interrompe e indaga ao Sr. Procurador Legislativo: "Está em restos a pagar, não é?" O Sr. Procurador Legislativo disse: "A obra está toda empenhada." O munícipe Sr. Cláudio disse: "Então não está paga, está em restos a pagar. Obrigado." O Sr. Procurador Legislativo continuou: "O dinheiro já foi reservado para essa finalidade e não pode ser usado para outra. A segunda, houve um acréscimo em razão dessa adequação, foi transferida parte dessa Receita, que era a de Abertura e Melhoria de Vias, para a Construção, Reforma e Implantação de Passarelas, Viadutos e Pontes. Houve um acréscimo no Exercício de 2011 e um acréscimo no Exercício de 2012. Terceira: Unidade Orçamentária 1.013 - Construção, Reforma, Ampliação e Implantação de Cemitério e Velório - nesta Unidade, para o Exercício de 2011 houve uma redução da Receita e para 2012 também. O que aconteceu nesse caso? A licença ambiental para a implantação do novo cemitério foi liberada antecipadamente e também a obra já foi empenhada, então, em 2010 empenhou, a obra está empenhada e o dinheiro já está reservado para a construção do cemitério que tem início neste ano. Próxima, é a Galerias Pluviais e Canalização de Córregos: isso tem a ver com a primeira e com a segunda, galerias de águas pluviais, normalmente, se faz onde tem ruas e se diminuiu o que era destinado para abertura de vias, diminuiu, conseqüentemente, o que seria utilizado para as galerias de águas pluviais. Só houve uma diminuição para o Exercício de 2012. Próxima Unidade Orçamentária: Construção, Reurbanização e Implantação de Logradouros." Nesse momento o munícipe, Sr. Cláudio se manifestou e disse: "Desculpe interrompê-lo, mas é que agora nós vamos sair da área de obras e vamos entrar em outras áreas mais específicas e para que a gente não volte na parte de obras, eu gostaria de fazer uma pergunta:

Neste ano, toda a cidade foi considerada zona de expansão urbana, então, hoje, nós não temos mais zonas rurais, nós temos a cidade inteira como zona de expansão urbana e para isso nós precisamos melhorias. Foi aprovado para o ano que vem duas melhorias em cada local para cobrar o IPTU, se não me falha a memória e, neste ano três, ou o inverso, como a documentação não está aqui, estou falando com a memória, então são duas ou três melhorias, e nós sabemos que em muitos locais da cidade não existem nenhuma delas, mas toda a cidade foi decretada sim. Quais serão esses planos para que possa, de fato, termos duas ou três melhorias nos próximos anos?" O Sr. Procurador Legislativo respondeu: "A zona de expansão urbana, ela não quer dizer que vai ser tributada pelo IPTU e ela não é zona urbana. Zona urbana é onde têm centros de aglomeração de pessoas, subdistritos. A zona de expansão urbana é aquela que é destinada à urbanização. Então, não significa que a zona de expansão urbana vai ter que cobrar o IPTU, se não tiver os melhoramentos, o IPTU não vai poder ser cobrado." Nesse momento, o munícipe Sr. Donato Grillo se manifestou e disse: "Mas na minha região foi, não sei se os meus vizinhos receberam. Tanto o João Paulo recebeu oito mil reais, outro meu vizinho recebeu dois e duzentos, outro recebeu dois e oitocentos, o qual eu fiz, inclusive, ajudei-os a fazer uma solicitação à Prefeitura de revisão dessa taxaço." Ato contínuo, o Presidente da Câmara, Vereador Sr. Djalma de Faria se manifestou e disse: "A pessoa que utiliza o imóvel e diz que está na zona rural, mas não tem característica de produtor rural, então, na verdade, ele tem um clube de lazer que ele aluga, loca, não produz nada, então, acho que a Prefeitura deve cobrar sim, onde não se produz e é área de lazer ou área só de moradia, com certeza a Prefeitura poderá cobrar se tiver os melhoramentos." O Sr. Procurador Legislativo disse: "Mesmo sendo área rural, dependendo da destinação do imóvel, também ele pode ser tributado, mesmo estando em área

rural, sítio de recreio, por exemplo.” O munícipe Sr. Donato disse: “É, mas acontece que a zona urbana é caracterizada por aqueles cinco equipamentos urbanos e nós temos somente um em alguns lugares, que é a proximidade à escola ou a proximidade a um posto de saúde, que é o posto do Lambari e a escolinha do Honda, alguns estão cerca de três quilômetros e outros não estão. Então, algumas propriedades, a do João Paulo, por exemplo, é caracterizada como fazenda, ele tem cem alqueires, então ele tem o cultivo, estou só dando como exemplo. Então, a gente está arguindo com relação ao enquadramento às necessidades, aos requisitos dos equipamentos urbanos.” O Sr. Procurador Legislativo disse: “Mesmo sendo sítio, o ITR, ele vai deixar de ser cobrado, a partir do momento que você não tem uma produção lá e se atender aos requisitos para a cobrança do IPTU. Se a Prefeitura está cobrando o IPTU, ela deve ter os fundamentos para cobrar, acredito que a Prefeitura não iria cobrar o IPTU sem ter base legal para isso, até porque qualquer ação, por mais simplória que seja, anularia essa cobrança.” O Presidente da Câmara, Vereador Sr. Djalma de Faria se manifestou e disse: “Só também para ajudar na informação, o doutor não conhece a nossa região, ele falou que a fazenda do João Paulo tem cem alqueires. Realmente, mas só que se têm cem, noventa alqueires estão em Jacareí, então será cobrada a parte de Guararema, está na divisa e aquilo que for de Guararema, com certeza, a Prefeitura tributou e baseada em lei. É o que você falou: não vai poder ser cobrado se não tiver baseado em lei porque, geralmente, a pessoa entra na Justiça e não paga. Mas o restante da fazenda dele, noventa por cento é Jacareí.” O Sr. Procurador Legislativo continuou: “Bom, vamos passar para a próxima Unidade que diz respeito à Construção, Reurbanização e Implantação de Logradouros - nesse caso houve um aumento para a Receita do Exercício de 2011, eles alegam que são possíveis áreas que vão ser desapropriadas porque estão em risco. Depois do que

aconteceu no começo do ano, começaram a rever essa situação, então teve que ser destinada determinada parte do orçamento para a desapropriação da área de risco, para evitar que novas tragédias aconteçam. A próxima Unidade diz respeito ao Ensino, à Educação. Vou falar das 1.005 e 1.028, vou falar das duas de uma vez porque são sobre o mesmo assunto. Houve um acréscimo nesta primeira para o Exercício de 2011, 2012 e 2013, e para a segunda, houve um acréscimo para o Exercício de 2012. Com a municipalização de mais escolas, o FUNDEB acaba transferindo mais Receita para o Município e essa Receita tem que ser aplicada na Educação. Houve também um aumento na participação do FPM que é o Fundo de Participação dos Municípios, no ICMS, leis que foram alteradas no Município e que aumentaram a Receita, então, o orçamento mudou e, conseqüentemente, teria que ser adequado à Receita obrigatória para a Educação e Saúde. Só para lembrar, a Constituição exige que no mínimo quinze por cento seja aplicado na Educação e o Município investe mais de vinte." Nesse momento, o munícipe Sr. Cláudio se manifestou e disse: "Sr. Procurador, foi feita uma desapropriação durante este Exercício Fiscal, onde era a antiga fábrica da Inox e lá, se não me falha a memória, porque muitas vezes aqui vem como próprio e depois a própria Prefeitura, além de vim como próprio a gente não sabe o que vai ser, e depois a própria Prefeitura já fez várias destinações na desapropriação e depois mudou a destinação, então, se não me falha a memória, também essa antiga fábrica da Inox que foi desapropriada, será utilizada pela Secretaria de Educação, confere?" O Sr. Procurador Legislativo respondeu: "Pelo que está no projeto sim, seria destinado a um centro de desenvolvimento da educação." O munícipe Sr. Cláudio perguntou: "E a desapropriação da área contínua que é da pessoa do Marrom, pessoa que tem todo o loteamento do Marrom, qual será o destino, além do próprio?" O Sr. Procurador Legislativo respondeu: "Se não me recordo à memória, o Sítio dos Marrons é uma área de

preservação ambiental a ser destinada à recuperação ambiental desta área, isso eu não me recordo, não tenho certeza." O Sr. Cláudio continuou: "Mas ela é contínua à própria fábrica da antiga Inox." O Presidente da Câmara, Vereador Sr. Djalma de Faria se manifestou: "É outro imóvel, é outra matrícula, não tem nada a ver um imóvel com outro." O munícipe Sr. Cláudio continuou: "Então, o que eu estou entendendo é que a Prefeitura não vai agrupar as duas matrículas para fazer uma nova matrícula para aumentar a primeira desapropriação? É isso que eu estou entendendo?" O Sr. Procurador Legislativo disse: "Não, eu acho que não." Continuou o munícipe Sr. Cláudio: "Essa segunda área vai ser destinada exclusivamente à preservação ambiental, não quer dizer que, a primeira área da Inox vai crescer com essa segunda matrícula para fazer um centro maior?" O Vereador Sr. Djalma de Faria respondeu: "Não, não está próximo, é lugar diferente. Essa área que foi desapropriada no Marrom, se eu não me engano, é lá dentro, eu não conheço nem direito lá dentro, mas é uma área que parece que margeia um lugar alagado." O munícipe Sr. Cláudio disse: "Porque a informação que nos chegou, estou falando de informações, não de dados, a informação que nos chegou é que a área era divisa com a Inox." O Vereador Sr. Djalma de Faria respondeu: "Não, é lá dentro." O munícipe Sr. Cláudio disse: "Então, tudo bem." O Presidente dos trabalhos, Vereador Sr. Etanis Benitez Moreno se manifestou: "É perto só, mas não é divisa. É um ribeirão que tem que ser preservado, entendeu? A margem dele não pode, isso, por isso que foi desapropriado, para que ninguém construa, para que ninguém faça coisas erradas, jogue lixo, é para preservação." O Sr. Procurador Legislativo complementou: "E teve várias invasões naquela área, então a Prefeitura para preservar o ambiente resolveu." Prossegui a explanação, o Sr. Procurador Legislativo: "A próxima, diz respeito à Saúde. Só corrigindo o que eu falei anteriormente, que quinze por cento da Receita do Município teria

que ser destinada para a Educação, e não é, é para a Saúde e vinte e cinco para a Educação, que o Município investe, além desses percentuais exigidos, tanto para a Saúde como para a Educação. Essa próxima Unidade, a 1.003 - Construção, Reforma, Ampliação e Implantação de Unidades de Saúde - em razão também do aumento de repasses governamentais: ICMS, Fundo de Participação, Receita decorrente de alteração de lei que aumentou a arrecadação de recursos no Município, tiveram que ser adequados o orçamento para destinação dessas verbas e também em razão de adequação dessas próprias Unidades que, mais para a frente a gente vai ver que houve diminuição de determinada Unidade que era da Saúde voltada para construção e ampliação, porque tem projetos para a construção de novos postos de saúde, por isso que houve esse aumento. A próxima Unidade..." Nesse momento, o munícipe Sr. Paulo Anan se manifestou e fez a seguinte pergunta: "Eu gostaria de saber se essa ampliação, construção e reforma da Unidade de Saúde, quais são as unidades e quais são os projetos relativos a esses gastos, principalmente no dobro, porque o que me consta, pois eu sou Conselheiro da Saúde, e na área de Saúde, pelo que consta, o único que falta inaugurar é o Jardim Dulce que já está pronto e não existem outros projetos, a não ser a reforma no Lambari, que é uma coisa, agora, esse valor de um milhão e duzentos para gastar no ano de 2011, e em 2012 cento e cinquenta mil depois..." O Sr. Procurador Legislativo disse: "É decorrente também do aumento da Receita, então teria que ser, o Prefeito atribuiu determinadas prioridades, então para a Saúde, como tinha que destinar para certa Unidade, foi para a Saúde e para a Educação, que foram os que tiveram maiores. Próxima: Implantação, Reforma e Construção de Eventos - houve um aumento para o Exercício de 2011 e 2012 devido a alteração dos projetos para a construção do Centro. Houve também uma alteração, porque a Caixa Econômica iria subsidiar parte dessa obra e para a aprovação do projeto sugeriu que fossem alteradas

determinadas modificações técnicas do projeto e essas alterações implicaram em maiores custos, além da alteração do projeto por parte do Município também, por parte da Prefeitura." O munícipe Sr. Cláudio se manifestou: "Sr. Procurador, serão feitas essas obras naquela área embargada, ali próximo ao Portal?" O Sr. Procurador Legislativo respondeu: "É naquela área. Não sei dizer se está embargada." Continuou o munícipe Sr. Cláudio: "Está. Existem dois processos, o 151 e o 152 correndo no Ministério Público, crime ambiental. Não é um processo cível é um processo de crime, e que ele está embargado. Então a Prefeitura continua batendo o pé que vai querer construir naquela área?" O Sr. Procurador Legislativo respondeu: "O projeto é para ser feito lá. A Prefeitura deve estar indo atrás de licença e o processo não foi julgado, isso não significa que ninguém é culpado ainda, então até a decisão final, a Prefeitura tem a intenção de fazer um projeto lá." O munícipe Sr. Cláudio agradeceu. Ato contínuo prossegue o Sr. Procurador Legislativo: "Próximo também, é lá no mesmo lugar, é um Centro de Convenções, vai ser próximo àquela área e houve também um aumento da verba para o Exercício de 2012, devido a alteração do projeto também. A próxima Unidade: 1.027 - Construção, Reforma, Ampliação e Implantação de Equipamentos voltados à implementação da gestão socioambiental sustentável - alteração de projeto também voltado a essa área. Houve uma diminuição da verba destinada para o Exercício de 2012 em razão da alteração de projetos socioambientais, projetos dessa natureza. A próxima tabela diz respeito às Atividades. O que a gente falou até agora são de projetos, esse próximo quadro diz respeito à manutenção, de custeio. Primeira: Manutenção 2.009 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças - tanto essa como a próxima, Manutenção da Secretaria de Obras e Infraestrutura, houve aumento na Receita nos três anos: 2011, 2012 e 2013, em virtude do crescimento num geral da Administração Pública. Então,

para a manutenção dessas Secretarias, do Pessoal dessas Secretarias e dos seus serviços, houve esse aumento para as Unidades, para essas duas Unidades para os três próximos Exercícios. A próxima Unidade: 2.073 e 2.074, essas duas foram criadas. Houve um desmembramento de outras Secretarias. na verdade não houve, com relação à Receita, não houve nem aumento, nem diminuição. A Receita que era destinada para a Cultura, que fazia parte da Secretaria da Educação, foi deslocada para essa Unidade que se tornou independente. O mesmo ocorreu com a Unidade seguinte: a de Manutenção de Desenvolvimento de Projetos Estratégicos que fazia parte da Secretaria de Governo e foi criada essa Unidade independente. A verba que era destinada para ela quando fazia parte da Secretaria de Governo ficou independente, só para essa Unidade." O munícipe Sr. Cláudio se manifestou e disse: "É a primeira vez que estou me deparando com esse nome: Projetos de Controle Estratégicos, os outros eu já conhecia. Em nenhum documento que até agora passou na minha mão, eu tinha visto esse nome. A última vez que eu vi um desmembramento de Secretaria foi na Procuradoria, que saiu, a Secretaria de Cultura também, então foi a última vez. Esse 2.074, existe uma lei que tramitou ou ainda é uma coisa que irá acontecer?" O Sr. Procurador Legislativo respondeu: "Essa Secretaria, se eu não me engano, já existe, eu não sei te responder com certeza, mas essa Secretaria já está em funcionamento." O munícipe Sr. Cláudio agradeceu. O Sr. Procurador Legislativo prosseguiu: "Próxima Unidade: 2.024 - Manutenção do Ensino Fundamental - em razão da municipalização, aumento das Receitas que teve no Município, em virtude de lei municipal, FUNDEB, ICMS, então, foi destinado mais Receita para a manutenção dessas escolas também que foram municipalizadas. As despesas aqui englobam: luz, telefone, água, professores, merenda escolar, material escolar, tudo, a responsabilidade agora, da escola, é do Município em todo o sentido. Então, conseqüentemente, gera mais

gasto e precisa de mais Receita e, tendo aumentada a Receita, foi para essa finalidade. Próxima Unidade: Manutenção de Atividades Culturais, Recreativas e Cívicas - essa Unidade foi desmembrada para, houve a redução para o Exercício de 2011, 2012 e 2013, porque foi criada, se tornaram independentes as duas Unidades seguintes, que é a Manutenção do Programa Cidade Natal e Manutenção das Festividades, que faziam parte desta primeira aqui: Atividades Culturais, Recreativas e Cívicas. Não houve alteração também, simplesmente foi desmembrada, destinada à Unidade específica. O Programa Cidade Natal, que a gente teve no ano passado, vai continuar, e para as demais festividades. A próxima: 2.056 - Ações de Saúde de Média e Alta Complexidade - esta foi a que eu falei no começo: houve a redução, neste caso para o Exercício de 2011 e 2012, para 2013 continua com a mesma verba, duzentos mil para 2011 e duzentos para 2012. Foi realocado no orçamento da Saúde destinado àquela que a gente falou inicialmente: Implantação e Reforma de Postos de Saúde. A próxima e última..." Nesse momento, o municípe Sr. Cláudio se manifestou e disse: "Voltando um pouquinho atrás, naquelas manutenções de, 2024 e 2031, que o senhor falou que foi para 2071 e 2072, o senhor falou que só foi realocado valores, mas tem uma diferença de valores: de cem mil no primeiro ano, de trezentos mil no segundo ano, quer dizer, foram realocadas em outras coisas, nós estamos falando de valores maiores, não é? Não estamos entrando tanto em detalhes, de cem mil ou trezentos mil reais, não é?" O Sr. Procurador Legislativo respondeu e continuou a sua explanação: "Exatamente. Por fim, Unidade 2.063 - Ação de Preservação e Conservação Ambiental - houve uma redução para o Exercício de 2012, em razão da adequação de projetos destinados para a manutenção desses projetos ambientais. Reduziu cem mil da verba de 2012, alteração de projeto por parte da Prefeitura." Nesse momento, o municípe Sr. Paulo Anan perguntou: "Existiu no item

anterior, 2056, dez milhões, é cem mil, não é? Saiu um a mais aqui em 2013, são três zeros e não dez mil, é um erro de digitação, foi colocado um a mais aqui." O Sr. Procurador Legislativo continuou: "Não houve alteração." Ato contínuo o munícipe Sr. Paulo se manifestou: "É, mas tem que corrigir, se foi dez ou cem." O Sr. Procurador Legislativo respondeu e deu continuidade: "São dez milhões e cem, vai continuar a mesma Receita. Por enquanto, o quadro foi explicado: o que foi alterado foi isso: criadas algumas novas Unidades em razão da nova estrutura organizacional, em razão do aumento da Receita decorrente de lei municipal, repasses governamentais, municipalização de escolas e alteração de projetos por parte da Prefeitura." O munícipe Sr. Paulo Anan disse: "Eu gostaria que você me esclarecesse se a razão é o aumento das Receitas, o porquê no item 1003, ele está em 2013 com cento e cinquenta mil e não um milhão e duzentos como está nos anos anteriores? Se não é, então a razão não é o aumento da Receita, porque se aumentou a Receita, vai ter que aumentar também em 2013 e vocês repassaram o mesmo valor que estava no projeto anterior." O Sr. Procurador Legislativo respondeu: "Os cento e cinquenta mil ainda se encontra dentro do limite..." O munícipe Sr. Paulo disse: "Sim, mas se vai haver aumento de Receita, esses quinze por cento vocês vão ter que passar para a área da Saúde, e desses quinze por cento, certamente, esse cento e cinquenta mil vai ser extrapolado e não tem como dizer que é a mesma Receita do projeto." O Sr. Procurador Legislativo respondeu: "Bom, aqui nesse caso, em 2011 e 2012, houve aumento, um grande aumento para implantação, construção e reforma, em 2013 não teve, com certeza está dentro do limite previsto de destinação de Receita, dessa porcentagem." Ato contínuo o Sr. Procurador Legislativo prosseguiu: "Terminadas as explicações, passo a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Sr. Etanis." A seguir manifestou-se o Vereador Sr. Etanis Benitez Moreno e disse: "Alguma observação?" Ato

contínuo manifestou o munícipe Sr. Donato Grillo e disse: "Eu gostaria de saber o seguinte: foi aprovado em novembro o Plano Plurianual, não é? Nós estivemos aqui numa Audiência Pública e agora nós estamos em abril, fim de abril, e está sendo feita uma alteração. Vão acontecer outras? É praxe? Como é que isso funciona?" O Presidente da Câmara, Vereador Sr. Djalma de Faria respondeu: "Plano Plurianual é o primeiro projeto que vem decorrente do Orçamento do fim do ano. Então, primeiro se mexe no Plano Plurianual quando se tem o interesse, e nesse caso foi preciso, depois vem as diretrizes e depois vem o Orçamento isso, em seguida, até agosto ou setembro tem que estar votando isso. Tem os prazos normais." O munícipe Sr. Donato disse: "Eu concordo que isso tem que ser ajustado, a gente faz isso na iniciativa privada, mas como houve uma alteração substancial de valores, por exemplo, aqui em Secretaria de Obras e Infraestrutura foi reduzido vinte e um milhões e foi realocado para outras Unidades, principalmente na área de Educação, o que não é ruim, mas a gente fica preocupado com essa alteração climática, com esse problema das chuvas que a gente não sabe o que vai acontecer, então, é uma importância substancial que está sendo removida da Secretaria de Obras e Infraestrutura para outras Secretarias, outras Atividades. A gente que é da zona rural, entre aspas, a gente se preocupa com isso, porque até hoje nós ali, agora que começou a melhoria das estradas, principalmente, lá no Luiza já resolveram, mas sofre muito. Se a gente não tiver uma manutenção preventiva, a gente vai ter bastante problema no futuro, porque nós já estamos no sétimo ano sem uma manutenção efetiva das estradas, dos logradouros, principalmente, nas áreas rurais e isso a gente se preocupa. Isso não quer dizer que não seja válida a realocação de recursos, mas a gente se preocupa muito com isso. Por isso eu perguntei: vai haver outras este ano com relação ao Plano Plurianual? Isso aqui eu encaro como planejamento estratégico, depois você vem fazendo os

planejamentos táticos, os planos operacionais. Então, eu só queria saber se isso vai ocorrer mais e como é que fica a questão da zona rural, porque a zona rural é, e agora como o Presidente disse que a Prefeitura vai cobrar IPTU a quem, mesmo quem não estiver dentro dos cinco equipamentos básicos..." O Sr. Presidente da Câmara, Vereador Sr. Djalma de Faria interrompeu e disse: "Três. Três e dois." O munícipe Sr. Donato continuou: "É, mas são cinco num total." O Vereador Sr. Etanis Benites Moreno disse: "Dos cinco tiram-se dois ou três." O munícipe Sr. Donato prosseguiu: "Dos cinco, três ou dois, e a gente só tem um, então se faz necessário...Nós temos tido uma reclamação, uma solicitação da população ao redor da gente que, na época de chuva, agora parou, graças a Deus, mas na época de chuva é difícil, os ônibus não passam, tem o problema da preservação das estradas. Antigamente, no tempo da Dona Conceição, ali, havia manutenção duas vezes ao ano, pelo menos. Na época eu era floricultor, então a gente tinha caminhões e uma série de coisas, então a gente estava sempre em cima, agora a gente planta outra coisa, é menos problemático, então a gente fica preocupado com essa atenção a essas necessidades da população que vive fora da zona central da cidade. Essa é uma observação que eu queria deixar feita porque eu acho que é necessário que se olhe melhor a esse lado da cidade. Claro que a gente fica feliz porque a Educação está melhorando, fica feliz porque a Saúde está melhorando, são vinte e cinco milhões, são vinte e poucos milhões que vão para a Saúde e isso é importante." Nesse momento, o Sr. Procurador Legislativo se manifestou e disse: "Concordo com a sua preocupação Sr. Donato, até porque é bom que tenham pessoas que tragam também e digam, além do pessoal, dos Vereadores das regiões mais afastadas, os senhores também trazem esses problemas para a Câmara cobrar do Executivo e levar esses problemas à própria Prefeitura também virar os olhos para esses problemas." O munícipe Sr. Donato disse:

"A gente tem levado com frequência. Participamos, inclusive, de uma reunião com o Procurador da Prefeitura e foi importante essa reunião, acho que foi um bom começo de diálogo, de abertura, onde a gente pode expor, eu trouxe, inclusive, outros líderes da região e eles possam sentir como é a administração, como é a gestão, como é a interação entre a Sociedade Civil e a Sociedade Pública, o Poder Público. Foi um passo importante esse, acho que a gente pode dar continuidade e aperfeiçoando, e a gente vai continuar trazendo. A gente vai continuar trazendo por quê? A nossa finalidade é realmente essa: trazer as ansiedades do povo." O Vereador Sr. Etanis Benites Moreno disse: "Está certo, o senhor está exercendo a sua cidadania, está correto." O Sr. Procurador Legislativo continua: "Sozinho ninguém vai fazer tudo, ninguém consegue ver todos os problemas." O Vereador Sr. Etanis Benites Moreno, como Presidente desta Audiência, se manifestou dizendo: "Só para título de esclarecimento ao Sr. Cláudio Cabral: a Secretaria de Desenvolvimento de Projetos de Controle Estratégicos foi criada pela Lei nº. 2.683, de 1º/02/2010. Nada mais a colocar..." O Sr. Presidente da Câmara, Vereador Djalma de Faria disse: "Só para estarmos encerrando também, só pelos comentários que o Donato fez, ele falou que no tempo da Dona Conceição era mais bem conservado e tudo. Eu até concordo, a gente tinha nas mãos as cascalheiras, da então Fazenda Feital, era liberada toda e qualquer quantidade que se precisasse. Depois, com as negociações com a Jundum, que hoje é a firma que trabalha lá dentro, se parou de doar o material e aí começou o nosso problema. Até então, a gente não tinha outro lugar para tirar, para se comprar pedras das pedreiras é muito oneroso, todo mundo sabe o preço que custa um metro de pedra, principalmente, para se entregar aqui, então, realmente ficou um pouco, muito pior as nossas estradas. Mas agora, nós conseguimos com uma conversa com a Jundum, ela liberou uma quantidade para a gente estar fazendo, na Cerejeira estará se

fazendo com o próprio material do porto que a Prefeitura negociou, as outras regiões está fazendo com, na nossa região está fazendo com o material da Jundum e para cá, na divisa de Mogi, nessa região da Lagoa Nova, acho que vai se fazer com o material doado pela Gerdau, que, através do Valdemar Costa Neto, se conseguiu também não sei quantos mil metros de borras de materiais, de sobra de materiais que eles trabalham lá na Gerdau, então já está pronto, e o Marcio, o Prefeito, já está cuidando de fazer a transferência desse material para os depósitos localizados que estarão perto para os caminhões poderem trabalhar. Acho que, no máximo, até o fim do ano, com certeza, as estradas estarão todas resolvidas e, até o fim do mandato, Donato, pode ter certeza, principalmente na Cerejeira onde você mora, aqueles morros estarão todos pavimentados, a maioria deles com certeza. Então eu acho que para mim, está de bom tamanho as informações prestadas pela Comissão. No mais, muito obrigado aos senhores." Nesse momento, o munícipe Sr. Cláudio disse: "Aproveitando, Sr. Presidente da Câmara, pela experiência política que o senhor tem e também por ter sido o Vice-Prefeito no mandato anterior, e o senhor falou com muita propriedade sobre as estradas, eu gostaria de saber do senhor como é que anda, não vou dizer que é um problema crítico, mas é alguma coisa que é nebulosa na cidade, de se saber, o asfaltamento da antiga estrada que liga Guararema a Salesópolis, que agora se chama Estrada Mário Alves Pereira, aonde já tivemos dois ou três repasses de dinheiro, de verbas estaduais e uma das últimas, que eu saiba, foi adotado, como veio três milhões e poucos mil reais, foi a placa que andava na cidade: ela começou lá na Petrobrás, depois veio antes do Alpes, ali na entrada, depois foi para o Alpes e, finalmente, essa placa morreu na entrada do Portal, e uma das explicações, não muito oficial, porque em Guararema é difícil a gente ter uma explicação oficial, era que aquela verba de três milhões, duzentos e pouco foram

utilizadas para asfaltar o asfalto, ou seja, foi reasfaltado do Portal até, praticamente, próximo ao Parque Hotel para se utilizar essa verba, e foi na gestão em que o senhor era Vice-Prefeito." Ato contínuo o Presidente da Câmara, Vereador Sr. Djalma de Faria respondeu: "Eu não vou poder responder cem por cento com a certeza de estar correto, mas nessa parte o senhor tem razão. Eu acho que o DER, através do Prefeito e com os Diretores do DER, não sei com quem, como se faz acesso para ir para Salesópolis tem que se passar pela João Barbosa de Oliveira ou pela...qual é o nome daqui da avenida principal? Pela dezenove de setembro, então é considerado Guararema-Salesópolis, então o DER achou por bem recapear. Não é que foi asfaltado em cima do asfalto, é um recapeamento para melhorar a nossa entrada da cidade e para nós foi um ganho, porque isso a gente não precisa gastar com o dinheiro do Município, é um dinheiro do Estado. Tudo do Estado que a gente conseguir, do Governo Federal, com certeza, a gente estará correndo atrás de que se sejam feitas as coisas dentro do nosso Município." O munícipe, Sr. Cláudio perguntou ao Presidente da Câmara, Vereador Sr. Djalma de Faria: "O senhor sabe se o convênio que foi novamente publicado, que tinha sido assinado dessa Estrada, vai ser efetuado ainda nesse período?" O Sr. Presidente respondeu: "Pelo que eu tenho conversado agora pelo então Prefeito Marcio, a gente está achando, ele estava correndo atrás disso, estamos achando que ele está com dificuldades por causa desses temporais dados na região. Esse dinheiro que eles tem gasto com a recuperação da SP-66, não só aqui, como em Jacareí, como Bertioga, tudo através do DER, talvez falte dinheiro para esse asfalto de Guararema, talvez eles tenham usado mais do que deveriam por causa dessa catástrofe que houve em toda, acho que a Grande São Paulo, o DER deve estar meio descapitalizado. Eu também não sei falar para o senhor se vai ou se não, mas eu acredito que possa até se fazer, mas com uma demora maior um pouco aí." O munícipe Sr. Cláudio

agradeceu. Ato contínuo, o Presidente da Audiência Pública, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o Vereador Sr. Etanis Benites Moreno, disse: "Isto posto, agradeço a todos que participaram e declaro encerrados os trabalhos da Audiência Pública." E para os efeitos legais, lavrou-se a presente Ata que segue assinada pelo Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Sr. Etanis Benites Moreno, que presidiu a Audiência Pública, pelo Presidente da Câmara, Vereador Sr. Djalma de Faria que esteve presente e pelo Sr. Procurador Legislativo, Dr. Marcos Wezassek Britto.

Etanis Benitez Moreno  
Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Djalma de Faria  
Presidente da Câmara

Marcos Wezassek Britto  
Procurador Legislativo